



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TAÍSE EMBELINA DOS SANTOS

INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Salvador
2013

TAÍSE EMBELINA DOS SANTOS

**INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. Marlene Oliveira dos Santos

**Salvador
2013**

TAÍSE EMBELINA DOS SANTOS

**INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Salvador ____de_____ de 2013.

Banca Examinadora

Marlene Oliveira dos Santos – Orientadora _____
Mestre em Educação
Universidade Federal da Bahia

Heloísa Helena Tourinho Monteiro _____
Mestre em Educação
Universidade Federal da Bahia

Daniela Nascimento Varandas _____
Especialista em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior
Universidade Católica do Salvador

Às crianças e ao direito
de viverem sua autoria social
em toda plenitude.

AGRADECIMENTOS

A toda energia que constitui meu ser, me ampara e me fortalece para seguir firme nas empreitadas da vida.

À minha mãe Ivonice que mesmo com as dificuldades da vida, jamais deixou de acreditar em meu potencial. Vibrando e se orgulhando a cada realização minha.

Aos familiares que acreditam e se alegram com minhas realizações.

À minhas amigas, Naíra Tourinho, Ana Caroline Mata, Caroline de Jesus e Tamires Itaparica, por estarem ao meu lado desde o início do curso me apoiando nos momentos difíceis e compartilhando da minha felicidade nos bons momentos.

A minha orientadora, professora Marlene Oliveira dos Santos, pelo acolhimento, dedicação e confiança depositada em mim.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuiu positivamente para a concretização desta etapa de minha vida.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os
homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho é fruto da realização de uma pesquisa bibliográfica sobre a interação entre crianças no contexto das instituições de Educação Infantil. Os tradicionais estudos sobre a psicologia do desenvolvimento e as recentes descobertas sobre a sociologia da infância tem delineado descobertas significativas no que tange a compreensão das peculiaridades da cultura das crianças, assim como do desenvolvimento infantil como um todo. O percurso do trabalho foi composto pela realização de uma revisão de literatura a partir de autores que abordassem conceitos teóricos significativos sobre a temática em questão. Os principais autores consultados foram: Corsaro (2011), Vigotsky (2007), (Piaget (2012), Sarmiento e Gouvea (2009), Müller e Carvalho (2009). Com base nas proposições teóricas destes autores sobre as interações, buscou-se estabelecer um diálogo no sentido de se conhecer e compreender os benefícios das interações entre crianças para o desenvolvimento social delas. Concluindo-se ser de extrema importância a interação entre crianças no que tange todos os aspectos de sua socialização, assim como de sua contribuição para a transformação e perpetuação da realidade socialcultural em que esteja inserida.

Palavras-chave: interação. Socialização. Educação Infantil. Criança.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: AS INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	12
3	INTERAÇÃO x SOCIALIZAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS	23
4	CAMINHOS E DESCOBERTAS DA PESQUISA	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A minha inquietação com este tema brotou no ano de 2009 quando fui convidada para acompanhar na Educação Infantil uma criança com necessidades educacionais especiais. Era uma instituição construtivista da rede particular de ensino. Cheguei à instituição com muitos anseios, curiosidades e expectativas, mas também carregando valores e concepções adquiridos no decorrer de toda a minha história de vida.

Em meu primeiro dia de trabalho lembro que cheguei à escola às 13:30 min da tarde e fiquei observando as crianças chegando e guardando seus pertences na sala. Algumas permaneciam na sala, outras iam para o pátio, outras se direcionavam para a professora ou para algum colega e contavam alguma novidade... E eu na expectativa de que horas iria começar a aula. Porém, às 14:00h da tarde me deparei com muitas crianças de diferentes idades brincando no pátio da escola, escolhendo as brincadeiras e outras experimentando seus limites e possibilidades corporais, resolvendo conflitos através da mediação dos professores e representando situações da vida cotidiana através da imitação e do jogo simbólico.

Todas aquelas situações no ambiente escolar para mim eram novas. Eu não imaginei que aquela rotina e organização do espaço, assim como as formas com que as crianças brincavam se configuravam em oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Ainda atônita e na expectativa de um modelo de aula e de rotina idealizado em minha cabeça, cheguei para a professora e perguntei: - Que horas iremos começar a aula? Ela então me respondeu: - Já começamos! A escola reservava um significativo tempo da rotina diária para as crianças simplesmente se relacionarem livremente.

A partir desta experiência aguicei a necessidade de descobrir: qual a importância das interações entre crianças no contexto de instituições de Educação Infantil? Para tanto tracei como objetivo geral deste trabalho compreender de que forma essas interações contribuem para o desenvolvimento social das crianças. Como objetivo específico foi possível delinear: analisar como ocorre as interações entre crianças no interior das instituições de Educação Infantil e em quais momentos essas interações ocorrem.

E assim, nasceu o objeto de estudo da minha investigação. Esta pesquisa será de relevante importância, pois se trata de uma produção que irá somar-se a outras

pesquisas referentes ao tema, favorecendo a proliferação do respeito às especificidades da Educação Infantil, em especial à interação entre crianças. Conseqüentemente, servirá também para fortalecer as fontes de pesquisas que abordam o tema.

Deste modo, auxiliará professores, coordenadores, dentre outros profissionais ligados à educação de crianças a se apropriarem da importância das interações entre crianças e, assim, poder aprimorar suas ações junto à elas, proporcionando uma educação que corresponda às reais necessidades dos pequenos na educação Infantil, pois as vivências estabelecidas nesta fase influenciarão significativamente no processo paulatino e contínuo de formação do sujeito.

Com isso, não quero dizer que estas questões são inexistentes nos sucessivos níveis de ensino, mas que tornam-se mais importantes na educação infantil, pois nesta fase as crianças estão iniciando seu processo de desenvolvimento humano, que perdurará ao longo da vida.

Durante algum tempo, a valorização do estudo de outra criança como parceiro social na infância foi negligenciado. Numa análise resumida acredita-se que dois principais fatores contribuíram de forma decisiva para a concretização deste acontecimento. Segundo Camaioni (1980 apud CARVALHO, BERALDO 1989, p.56) “as evidências a partir dos anos 30 de teorias psicológicas que privilegiavam a socialização com o adulto, em especial a mãe, como experiência essencial para o desenvolvimento da criança”. Um segundo fator responsável pela falta de interesse nessa linha de pesquisa, segundo este mesmo autor, foi a crescente urbanização dos grandes centros urbanos que impulsionou a nuclearização da família e acabou por reduzir as oportunidades de convivência entre coetâneos intensificando-se o contato com muitos adultos nos primeiros anos de vida.

Porém, no contexto educacional da contemporaneidade tem-se visto um crescente interesse nesta linha de pesquisa. Deste modo, a investigação desta monografia está em consonância com muitas produções científicas e documentos legais que se debruçam na investigação e defesa dos direitos e necessidades das crianças na Educação Infantil, particularmente no viés que inclui as interações. Este fato pode ser constatado através dos conteúdos e fontes científicas que permearam o desenvolvimento desta monografia. Deste modo, para a exploração da temática investigada foi realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica com um levantamento de materiais que abordassem o foco principal desta monografia. Por tanto, todo o

trabalho teórico se fundamentou nos estudos que realizei a partir de algumas leituras.

Neste trabalho utilizo o termo interação como categoria principal de análise, porém trago referências aos termos socialização por estarem diretamente relacionados ao meu objeto de estudo, dentre outros. Os principais autores utilizados nas discussões a respeito do tema foram: William A. Corsaro (2011), que trouxe seu conceito de socialização na perspectiva da reprodução interpretativa; Levi S. Vigotsky (2007) com suas discussões sobre pedagogia sócio-histórica na relação desenvolvimento humano *versus* relações sociais; Yves De La Taille (1992) com suas reflexões sobre o desenvolvimento da moral na perspectiva de Jean Piaget e Emile Durkheim; Jean Piaget (2012) com seus estudos sobre o desenvolvimento das estruturas mentais nas crianças; Constance Kamii e Rheta Devries (2009) com suas reflexões sobre o valor dos jogos na Educação Infantil, dentre outros. Foram utilizados também alguns documentos legais que legitimam os direitos e necessidades da educação de crianças pequenas, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), resolução CNE/CEB nº 05 de 17 de dezembro de 2009.

Nesta monografia, além dos capítulos da introdução e da conclusão, consta de outros 3 capítulos. 2 compostos pelo desenvolvimento do trabalho e 1 apresentando a metodologia da pesquisa. Esses capítulos foram intitulados da seguinte forma: o presente capítulo que corresponde à “Introdução”, o segundo capítulo “A Educação Infantil na contemporaneidade: as interações entre crianças no contexto das instituições de ensino regular e suas implicações para o desenvolvimento infantil”, o terceiro “interação X socialização: convergências e divergências” e o quarto “Caminhos e descobertas.”

O capítulo 1 correspondente à Introdução, na qual abordo o meu breve percurso até chegar ao meu objeto de estudo e apresento de forma sucinta as abordagens dos capítulos seguintes.

O capítulo 2 “A Educação Infantil na contemporaneidade: as interações entre crianças no contexto das instituições de ensino regular e suas implicações para o desenvolvimento infantil” apresenta de forma breve algumas mudanças e conquistas pelas quais Educação Infantil tem passado nos últimos vinte anos do contexto educacional brasileiro. E, em seguida, dialoga sobre temas que estão atrelados às

interações entre crianças, como é o caso de jogos e brincadeiras, explicitando a sua importância para o processo de socialização das crianças.

No capítulo 3, “Interação X socialização: convergências e divergências”, conceituo e diferencio os termos socialização e interação, estabelecendo um diálogo de aproximações e distanciamentos entre a psicologia do desenvolvimento e a sociologia da infância.

No capítulo 4 “Caminhos e descobertas” conceituo o tipo e pesquisa utilizado na realização deste trabalho, descrevo o percurso realizado por mim na construção da monografia e trago os principais autores e suas obras que serviram como base de sustentação na construção dos argumentos que envolviam a defesa da problemática em questão.

Por fim, o capítulo 5 “Conclusão” apresenta o fechamento dos aspectos discutidos na produção do texto a respeito do foco de estudo desta monografia: A importância das interações entre crianças para a socialização das mesmas.

Foi um período de descobertas prazerosas. Esta é uma reflexão que não se encerra nas páginas desta monografia. Ainda há muito que se ler e descobrir a respeito do tema em questão. Porém, essas breves páginas foram o suficiente para plantar a semente da inquietação, da dúvida e dos questionamentos que são elementos fundamentais para nutrir nossa eterna busca pelo conhecimento.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: AS INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Educação Infantil é uma etapa que vem ganhando notoriedade no sistema educacional brasileiro. Legitimada como a primeira etapa da Educação Básica a partir da Constituição Federal de 1988 constitui-se juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio níveis da Educação Básica, embora cada período possua suas peculiaridades. Nesse sentido, se pensarmos, retrospectivamente, podemos perceber que a Educação Infantil vem passando por diversas mudanças desde o seu reconhecimento pelo Estado em 1988 até os dias atuais. Tais mudanças têm por objetivo atender de forma coerente as necessidades das crianças neste nível de ensino, evitando a organização de uma prática pedagógica pautada no Ensino Fundamental. Segundo Oliveira (2010, p.01), a Educação Infantil “necessita de instrumentos que articulem o trabalho pedagógico sem impor o modelo de uma etapa a outra”.

Fica evidente a latente necessidade de pesquisas e documentos que auxiliem os profissionais a se nortear no exercício do pensar e do fazer pedagógico junto às crianças, possibilitando ações seguras e condizentes com as demandas e necessidades da Educação Infantil. Embora já exista a disposição uma consistente quantidade de materiais de cunho teórico e seja crescente a disseminação de políticas que assegurem o atendimento de tais necessidades, um longo caminho ainda precisa ser percorrido.

Ao longo destas duas décadas de reconhecimento foram obtidas conquistas significativas para consolidação da área. Tais aquisições foram fruto das lutas de profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a causa, a exemplo dos professores, pesquisadores e movimentos sociais na busca de uma Educação Infantil sólida que dê suporte ao atendimento dos direitos da criança e que favoreça a criação de condições de trabalho seguras e autônomas para nossos profissionais.

Muitos debates e reflexões foram e têm sido travados no sentido de auxiliar a ação docente a potencializar quantitativa e qualitativamente as necessidades infantis. Dentre os principais documentos legais que dinamizam e esclarecem a difícil tarefa de atuar na educação de crianças pequenas temos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2009, deste mesmo ano os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Dentre tantos outros que aqui não foram citados, mas que contribuem de forma significativa para o fortalecimento da Educação Infantil em todos os seus aspectos.

Neste cenário de constantes transformações e de grandes desafios a serem trilhados é que emerge a importância de que o professor se familiarize com as propostas das novas DCNEI. Este é um instrumento que funciona como orientador das atividades diárias das instituições. Elas têm caráter mandatório. Com relação às relações interpessoais, o principal aspecto entre os conteúdos contidos nela a ser destacado é a concepção de criança. De acordo com o documento, a criança é tida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja aprender, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.14).

Aproximando-se das ideias contidas no fragmento acima, Barbosa (2009, p.184) afirma que “sendo a criança o foco central do processo educativo, efetivamente é a partir dela que o projeto pedagógico será construído estabelecendo padrões de qualidade, segurança e desafio”. Se as crianças aprendem e socializam a partir da ressignificação de suas experiências concretas com o mundo é preciso que a proposta pedagógica da instituição seja coerente com as formas de ver, sentir e pensar das crianças pequenas, isso inclui valorizar as interações entre as crianças colhendo dados empíricos que possam potencializar a socialização das mesmas.

Dessa forma, instituições de Educação Infantil tornam-se um ambiente propício para que as crianças participem ativamente do processo de construção de significados sobre si e sobre o mundo físico e social em que estão inseridas, cabendo aos professores possibilitar este desenvolvimento proporcionando situações em que a criança possa ver, sentir, refletir, brincar, questionar, imaginar estabelecendo trocas significativas com os professores e colegas, colaborando criativamente para a construção do seu conhecimento de mundo, assim como de sua identidade.

Traçado os parâmetros da práxis pedagógica, os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, como o próprio nome já diz, funcionarão como um instrumento de

autoavaliação para saber qual a qualidade do trabalho desenvolvido nas instituições de educação infantil, através de um processo participativo e aberto a toda a comunidade, cabe aqui um ponto, pois tão importante quanto delimitar os limites da prática e ampliar o acesso é garantir uma educação de qualidade para as crianças. Dessa forma, a qualidade vai depender basicamente do momento histórico e do contexto cultural em que a instituição de Educação Infantil esteja inserida. De posse dos resultados coletados, toda a comunidade escolar poderá discutir e decidir sobre opções que viabilizem a sua melhoria. A ideia não é ter formulas padrões, mas pensar coletivamente em alternativas para que se encaixe a singularidade de cada escola.

Traçando objetivos dos dois recentes documentos citados anteriormente, entram em cena as atuais reformulações da LDBEN, que é um documento vanguardista e que tem passado por algumas mudanças significativas para assegurar o respeito às especificidades das crianças em idade pré-escolar.

Em sua primeira versão, a LDBEN concebia a Educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica, englobava as crianças com idade entre 0 e 6 anos e seu caráter era não obrigatório. Na versão atualizada o documento continuou concebendo a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, porém com o surgimento da Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, o Ensino Fundamental dispõe-se sobre a duração de nove anos possuindo um caráter obrigatório a partir dos 6 anos, quando outrora era a partir dos 7. Com isso, se por um lado aumentava-se as chances de inserção de um número maior de crianças nas escolas, por outro preconizava-se o ingresso da criança em idade pré-escolar na segunda etapa da Educação Básica, pois sabemos das divergentes necessidades que os dois períodos demandam, ou seja, conforme a perspectiva adotada este fato pode ser percebido como avanço ou retrocesso.

O marco importante para o fortalecimento dos direitos educacionais das crianças pequenas foi o recente sancionamento da Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. A promulgação da lei alterou alguns artigos da LDBEN e trouxe significativos benefícios para a Educação Infantil. Sobre o dever do Estado no momento atual, o documento concebe a Educação Básica como sendo “obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) Ensino Fundamental; c) ensino médio” (LDBEN 9.394/96, Art. 4, parágrafo I). Nesse sentido, a matrícula das crianças a partir de 4 anos de idade

torna-se obrigatoriedade para os pais ou responsáveis, como salienta as palavras da atual LDBEN “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade (LDBEN 9.394/96 Art. 6).

Consequentemente, o artigo 29 da LDBEN foi alterado em relação à faixa etária a ser contemplada na Educação Infantil. O limite entre a educação infantil e o Ensino Fundamental reduziu-se de 6 para 5 anos de idade. Como afirma o artigo 29 da LDBEN “A primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDBEN 9.394/96, seção II, art 29).

Sendo este um momento da infância em que as crianças estão constituindo-se e reconhecendo-se como sujeitos, a escola como primeiro ambiente de educação formal culturalmente frequentado pelos pequenos, tem papel fundamental no desenvolvimento das habilidades frisadas no fragmento citado acima. Dada a importância do aprimoramento de tais habilidades, é louvável o fato de que a educação de crianças pequenas esteja sendo percebida como prioridade, embora as políticas públicas que integre suas peculiaridades lamentavelmente caminhem à passos lentos, deixando que algumas vezes esta modalidade concentre-se à margem do sistema educacional brasileiro.

Os sistemas de ensino terão até 2016 para cumprir a lei, adequando o número de escolas e de profissionais à quantidade de crianças a serem matriculadas para fazer garantir a oferta de vaga a todas as crianças a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Com a consumação da lei, o fluxo de crianças nas escolas de educação infantil será intensificado aumentando consequentemente as possibilidades de convívio e interação entre crianças e entre estas e os professores. Isso implica na necessidade de conhecimento e aprofundamento de como esse convívio entre crianças e adultos poderá ser canalizado no sentido de potencializar o desenvolvimento saudável das crianças pequenas.

Por outro lado, avanços tecnológicos das últimas décadas têm alterado significativamente o processo de socialização infantil. Fatores como o crescimento dos meios de comunicação, a oferta de informações ao alcance das pessoas cada vez mais rápida e fácil, as novas configurações familiares, ou seja, as incontáveis exigências da sociedade atual que sugerem um ritmo de vida cada vez mais

frenético e individualizado têm levado a escola a exercerem um papel determinante no que tange aos benefícios das interações no universo infantil.

Os três documentos lançados no ano de 2006 e que já foram citados no início deste texto se encaixam às necessidades das crianças pequenas, pois as mesmas se encontram imersas neste quadro que permeia o estilo de vida da sociedade atual. Com isso, além de garantir os direitos das crianças contribuem significativamente para a construção de uma identidade educacional sólida que corresponda às reais necessidades das crianças e que seja coerente com as demandas exigidas pela sociedade contemporânea.

Nesta perspectiva, ganha destaque os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009), que como foi salientado anteriormente, não impõe modelos prontos a serem seguidos pelos professores, mas sugere algumas dimensões pautadas em aspectos fundamentais para a qualidade da instituição. No rol dessas dimensões se encontram as interações. De fato o mundo social da criança no ambiente pré-escolar é constituído pelas interações com adultos e com outras crianças. Neste espaço essas interações devem ser pautadas nos valores que fundamentam a proposta pedagógica da escola, pois tais relações podem funcionar construtiva ou destrutivamente conforme os valores sociais defendidos e praticados pela instituição, nas palavras do documento “a cidadania, a cooperação, o respeito às diferenças são apreendidos na vivência cotidiana.” (BRASIL, 2009, p. 45). Por conta disso, o comportamento dos adultos será determinante no que tange às formas de atuação adotadas pelas crianças pequenas. Segundo De Vries e Zan (1998), os adultos determinam a natureza do ambiente em que a criança vive através das interações cotidianas, ou seja, as ações e reações dos adultos para com a criança constituem a relação adulto/criança. Por conta disso, o professor precisa refletir frequentemente sobre a qualidade de seu relacionamento com os pequenos.

A interação criança-criança também influencia a natureza do ambiente social da escola, mas esta é uma relação que embora comporte momentos de contato independente, ainda requer com certa frequência a mediação do adulto que deve colocar-se enquanto parceiro e não como juiz, viabilizando uma caminhada mais autônoma no que tange as relações interpessoais como um todo. Assim, “o valor da interação com colegas também depende da capacidade do professor intervir quando as crianças têm dificuldades e de ajudá-las a manter um ambiente sócio-moral construtivo” (DE VRIES; ZAN, 1998, p.65). Desta forma, os professores estarão

trabalhando em prol do desenvolvimento social e moral das crianças, pois este entendimento é construído pelas mesmas a partir do material concreto de suas interações cotidianas.

Piaget, no livro *O juízo moral da criança* (1932), afirmou que “sem a interação social entre colegas, as crianças não podem construir nem sua lógica nem seus valores sociais e morais (PIAGET apud KAMII; DEVRIES 2009, p.18). É através das relações com seus pares que a criança passa gradativamente a aprender a lidar com as situações de prazer e desprazer e vai construindo ideias e sentimentos sobre si, sobre o outro e sobre o que elas julgam como certo ou errado. Para o autor, o desenvolvimento da moralidade na criança, ou seja, da consciência do que é correto ou incorreto em sua realidade social perpassa pelos estágios de anomia, heteronomia e autonomia. A anomia é o período compreendido entre as crianças de até cinco, seis anos de idade. Segundo Piaget, nessa fase as crianças não seguem regras coletivas. “Interessam-se, por exemplo, por bolas de gude, mas antes para satisfazerem seus interesses motores ou suas fantasias simbólicas e não tanto para participarem de uma atividade coletiva” (PIAGET apud LA TAILLE, 1992, p.49), ou seja, as regras e normas nesse período são inexistentes e a conduta da criança é determinada por suas vontades, sendo necessário a intervenção constante do adulto ou de crianças mais velhas no sentido de favorecer uma passagem para uma ação heterônoma. Deste modo, na ideia do autor os períodos que sucedem a anomia são caracterizados da seguinte forma:

A moral heterônoma é a moral da obediência à autoridade, à regra e ao dever. Nela, aquilo que é imposto, aquilo que aparece como dever corresponde ao bem. A moral autônoma é uma superação da moral heterônoma. Nela a noção de bem é derivada dos deveres. Na heteronomia a obediência a lei é toda a moral, e seu fundamento. Na autonomia não somente tal obediência é apenas parte da moral como deixa de ser seu fundamento, que passa a ser a reciprocidade, o contato, o projeto comum. (PIAGET apud BORSA, 2007, p. 3).

De acordo com a teoria de Piaget, é no período compreendido a partir dos sete anos que as crianças evoluem da heteronomia para a autonomia moral. Sendo assim, no período pré-escolar, que antecede os seis anos de idade é que a criança vai exercendo suas respectivas anomia e heteronomia. Como afirma Vigotsky (2007, p.110) “o desenvolvimento do jogar com regras começa no fim da idade pré-escolar e desenvolve-se durante a idade escolar”.

Para Durkheim (1974), o desenvolvimento da moral a princípio caracteriza-se pela obrigatoriedade, desejabilidade, para por fim ser alcançada a autonomia moral. Para o autor, a obrigatoriedade e a desejabilidade correspondem ao dever e ao bem respectivamente. O dever corresponde ao sentimento de obrigatoriedade experimentado perante uma regra moral e que conduz a obediência. “Assim, há regras que apresentam esta característica particular: não realizamos certos atos proibidos simplesmente porque elas o proíbem” (DURKHEIM apud LA TAILLE, 1992, p. 55). Como podemos perceber esta ideia se aproxima do pensamento de Piaget no que tange à descrição da moral heterônoma em crianças pequenas, porém essa proibição diante das crianças é estabelecida pela autoridade adulta e não exclusivamente pela regra em si.

De acordo com seus estudos, a desejabilidade está atrelada ao bem, ou seja, “os objetos dos diversos deveres precisam de alguma forma, aparecer como atraentes, como bons para que sejam obedecidos”. (LA TAILLE, 1992, p.55).

Por fim, Durkheim aborda a autonomia moral. Em seus estudos La Taille (1992) afirma que o filósofo é consciente de que o lugar dessa autonomia é problemático, pois de acordo com ela a fonte da moral está na sociedade, ou seja, em algo exterior ao indivíduo. Referindo-se às regras morais, Durkheim (1974 apud LA TAILLE, 1992, p. 56) afirma: “elas não são nossa obra e por conseguinte conformando-nos a elas, obedecemos a uma lei que não fizemos”. Neste ponto, a autonomia moral defendida por Piaget se contrapõe ao pensamento de Durkheim, já que para ele a moral autônoma é aquela capaz de fazer o indivíduo posicionar-se consciente e competentemente diante da vida em sociedade. Por isso, Piaget não problematiza a autonomia na perspectiva do conformismo e da obediência como faz Durkheim.

Para Durkheim, a transferência pelos adultos para as crianças dos valores e regras que permeiam a vida social é de fundamental e exclusiva importância para o desenvolvimento moral das crianças. “O desenvolvimento moral das crianças depende da ação, dos pais e, sobretudo dos mestres na escola. É do mestre que tudo depende” (DURKHEIM apud LA TAILLE, 1992, p.57). Esta perspectiva concebe a criança como agente passivo no processo de desenvolvimento e diverge completamente das ideias de Piaget, já que para o mesmo, as crianças possuem papel ativo no processo de desenvolvimento e constroem sua moralidade a partir da sua ação no ambiente social.

Seguindo a linha do pensamento de Piaget, podemos constatar que ao ingressar na Educação Infantil, as crianças nas interações com seus pares e sob os cuidados do adulto irão deparar-se com situações férteis para o favorecimento de uma posterior tomada de consciência autônoma, ou seja, o entendimento das regras tanto nos jogos quanto nas situações de convívio da sua vida diária, para Piaget (apud LA TAILLE, 1992, p.17) ser autônomo significa “ser capaz de se situar consciente e competentemente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presente numa sociedade.

No contexto das instituições de Educação Infantil, uma excelente atividade para encorajar a interação entre crianças, são os jogos em grupo. Segundo Constance Kamii e Rheta Devries (2009), um dos principais objetivos para a utilização de jogos em grupo na educação infantil é que as crianças desenvolvam a capacidade de se descentrar e coordenar diferentes pontos de vista. “As interações entre colegas são indispensáveis para o desenvolvimento moral da criança, porque ela está em situação de igualdade só em relação a seus pares” (KAMII; DEVRIES, 2009, p. 42). Deste modo, é mais fácil para elas coordenar suas ideias entre si.

Segundo Brougère (1988), quando a criança entra no mundo do jogo ela aprende simultaneamente suas regras e as habilidades que compõem o seu universo simbólico para posteriormente transferi-las para outros aspectos da sua vida social. “A criança aprende a brincar e a tornar-se jogadora ao assimilar e transformar a cultura lúdica com a qual se depara no momento em que brinca ou joga”. (SOUZA; SALGADO 2009, p. 209). Sendo assim, as crianças transformam as competências adquiridas nos momentos em que interagem com seus pares durante os jogos e brincadeiras em ferramentas a serem utilizadas na sua vida social como um todo. Desta forma, aprendem a agir de maneira coerente e sensata nos diversos contextos sociais com os quais esteja inserida.

Além das interações através dos jogos em grupos e ou brincadeiras proposto por professores, no contexto das instituições de educação infantil as crianças interagem através de brincadeiras livres criadas e sustentadas por elas. Considerada por alguns pesquisadores como atividade social da criança, a brincadeira tem sido alvo de constantes indagações e descobertas para um melhor entendimento do fenômeno. “A brincadeira tem sido uma atividade que evolui com a transformação sócio-histórica das comunidades humanas e continua a se modificar nas condições concretas de vida das populações, em particular da população infantil” (ROSSETTI-

FERREIRA; OLIVEIRA, 2009, p.59). Para as autoras, nos momentos de brincadeiras com seus colegas, as crianças aprendem a usar estratégias para se expressar e solucionar problemas típicos de sua cultura que são transmitidos para elas através dos adultos com quem convive.

Embora algumas vezes compreendidos como atividades sinônimas, os jogos e brincadeira possuem diferenças marcantes entre si. Segundo Bettelheim (1988), a brincadeira aparece num estágio mais primitivo e possui regras flexíveis que podem ser criadas e recriadas sem uma imposição preestabelecida. O jogo aparece numa fase mais amadurecida e possui um caráter rígido acompanhado de regras e objetivos preestabelecidos. Nas palavras do autor:

A “brincadeira” refere-se às atividades da criança pequena, caracterizada por uma liberdade total de regras, executando-se as pessoalmente impostas (que, a não ser que a criança seja compulsiva, podem ser alteradas a vontade); pelo envolvimento solto na fantasia; e pela ausência de objetivos fora da atividade em si. Os “jogos” por outro lado são e regra, competitivos e caracterizado por uma exigência de se usar os instrumentos da atividade do modo para o qual foram criados, e não como a imaginação ditar...(BETTELHEIM, 1988, p.157).

As brincadeiras são um dos veículos pelos quais as crianças interagem entre si. Através delas divertem-se, comunicam-se, imaginam... O sociólogo William Corsaro (2009) concebe a brincadeiras como um dos elementos da cultura de pares. Para ele a cultura de pares é “o conjunto relativamente estável de rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e partilham na interação com seus pares” (CORSARO, 2009, p.32). Para o autor, a brincadeira faz parte da vida cotidiana das crianças e algumas delas se enquadra nos aspectos universais de suas culturas de pares, já que estão presentes em diferentes espaços e tempos. Corsaro apresenta dois exemplos considerados universais na cultura infantil, são eles: brincadeiras de aproximação-evitação e brincadeiras de dramatização de papéis.

Para ilustrar a estrutura básica das brincadeiras de aproximação-evitação, Corsaro (2009) usa exemplos de brincadeiras com regras, criadas e sustentadas pelas crianças dentre elas a “Balde que anda”. Segundo ele, as brincadeiras de aproximação-evitação geralmente envolvem quatro fases, seguindo a ordem de ações em “Balde que anda” tem-se: identificação, aproximação, evitação e retorno à base segura. O autor analisou o episódio ocorrido entre quatro crianças:

Na fase de identificação, as crianças descobrem ou criam um agente ameaçador (no caso uma quarta criança, que colocou um balde sobre a cabeça e o tronco). Nesse momento, as três crianças que descobrem o agente ameaçador estão abrigadas em um cercadinho, que mais adiante vai funcionar como “pique” ou base segura. Na fase de aproximação as crianças parecem provocar o agente ameaçador, aproximando-se cautelosamente dele e então exibindo gestos e vocalizações. Neste momento, o agente ameaçador é neutralizado (não enxerga ou finge que não enxerga as outras crianças). Na fase de evitação, o agente ameaçador é “emponderado”, isto é, lhe é atribuído poder pelo grupo de crianças, e as outras crianças fogem, fingindo estar com medo. O agente ameaçador persegue as crianças que se dirigem à base segura. Em seguida, a base segura é alcançada, e nela os “perseguidos” estão a salvo do agente ameaçador. (CORSARO, 2009, p. 32).

O fragmento transcrito acima é um exemplo de reprodução interpretativa, pois as crianças produzem coletivamente uma rotina compartilhando e experimentando entre si sensações de medo, alegria, segurança... Desta forma, “as representações sociais de perigo, mal, desconhecido e outras ambiguidades que estão se desenvolvendo nas crianças, são mais firmemente apreendidas e controladas” (CORSARO, 2009, p.34).

Para o autor, a estrutura básica de aproximação-evitação demonstra ser a base de diversos tipos de brincadeiras de perseguição e fuga praticada por crianças em todo o mundo. Desta forma, se observarmos a dinâmica de algumas brincadeiras da cultura popular brasileira como, por exemplo, o esconde- esconde, o pega-pega, polícia e ladrão dentre outras, notaremos a estrutura básica da aproximação-evitação. Algumas instituições de educação infantil utilizam essas brincadeiras pedagogicamente com suas crianças. Deste modo, através das interações, por meio destas brincadeiras, as crianças vão experimentando e aprendendo a lidar com estas sensações que são primordiais para o processo de socialização das mesmas.

Para Bettelheim (1988), através das brincadeiras baseadas em fantasias imaginativas as crianças têm a possibilidade de compensar de alguma forma as pressões pelas quais são submetidas e as que são fruto do seu inconsciente.

Através das fantasias, torna-se mais familiarizadas com os conteúdos de sua racionalização de desejo, assim como de alguns de seus desejos anti-sociais. Enquanto representa fantasias de ira e hostilidade em jogos de guerra ou preenche seus desejos de grandeza, imaginando ser o Super-Homem, o Hulk, ou um rei, ela está procurando a satisfação indireta não só de devaneios irrealis, mas também a de controlar outras pessoas, compensando os sentimentos resultantes de estar tão sujeita ao controle dos adultos, mais notadamente dos pais. (BETTELHEIM, 1988, p.150).

Corsaro (2009) caracteriza este aspecto como status, poder e controle. Segundo ele ao assumir modelos adultos as crianças são “empoderadas”, ou seja, “utilizam a licença dramática da brincadeira imaginativa para projetar o futuro a época em que terão poder e controle sobre si mesmas e sobre os outros” (CORSARO, 2009, p.34).

Nessa perspectiva, Corsaro (2009) traz um segundo aspecto considerado universal na cultura infantil que são as brincadeiras de dramatização de papéis. Para o autor, tais brincadeiras são importantes para o desenvolvimento social e emocional das crianças, porém “as crianças não imitam simplesmente modelos adultos nessas brincadeiras, mas antes elaboram e enriquecem continuamente os modelos adultos para atender a seus próprios interesses” (CORSARO, 2009, p.34). É dessa forma que as crianças de forma individual ou coletiva vão interagindo, assumindo diferentes papéis com os quais se deparam no cotidiano. No contexto das instituições de ensino é comum vê-las se agrupar na organização de famílias incluído pai, mãe e filhos etc. “A dramatização de papéis é importante para que as crianças entendam e pratiquem os papéis sociais de sua cultura e assim, façam sentido dos significados que nela estão presente” (SPERB, 2009, p.75).

Nas brincadeiras as crianças utilizam a imaginação e a criatividade para assumir e coordenar suas ações entre si, a partir da representação dos diferentes papéis sociais. Desta forma compreendem como os diferentes tipos de pessoas da sociedade agem e se relacionam entre si. Deste modo, as interações entre crianças materializadas através da brincadeira impulsionam o processo de apropriação e resignificação dos costumes, valores e regras que constituem a sociedade em que vivem. “Essa apropriação implica uma participação ativa da criança na cultura, tornando próprio delas mesmas os modos sociais de perceber, sentir, falar, pensar e se relacionar com os outros” (SMOLKA, 2009, p. 8).

Ao contrário do que se acreditava em tempos remotos; o desenvolvimento infantil não depende única e exclusivamente da transmissão mecânica estabelecida numa perspectiva unilateral entre adultos e crianças. Durante as interações com seus pares as crianças ganham autoria para pensar, agir e resignificar o mundo à sua volta, estabelecendo entre si trocas significativas para o seu processo de socialização.

3 INTERAÇÃO x SOCIALIZAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

As definições de interação e socialização são termos muito discutidos quando se fala em pesquisas sobre e ou com crianças pequenas. Tais expressões a primeira vista podem ser compreendidas como sinônimos, mas numa análise detalhada podemos perceber que suas origens conceituais são diferentes, embora suas definições comportem circunstâncias que ora se repelem, ora se aproximam.

As interações estão relacionadas aos estudos sobre a psicologia do desenvolvimento. A socialização está atrelada aos tradicionais estudos sociológicos acerca da infância e sobre as recentes pesquisas referentes à nova sociologia da infância, embora a investigação dos campos que abrangem a socialização tenham sido influenciados por algumas idéias presente na psicologia do desenvolvimento.

Para Corsaro (2011), os teóricos socioculturais influenciados por Vigotsky ampliaram a teoria construtivista e concentram-se mais “na agência das crianças na infância e na importância da interação entre pares” (CORSARO, 2011, p.30). “Na psicologia prevalece a visão que trata a infância apenas como estágio de formação do futuro adulto e investiga-se mais a adaptação da criança ao existente do que a transformação dessa realidade” (ROSSETTI-FERREIRA; OLIVEIRA, 2009, p.60). Na ideia de Sarmiento:

O conjunto de relatórios nacionais do Centro Europeu para a Investigação e a Política Social de Viena sobre a situação da infância, no âmbito do Projeto Infância como um fenômeno social, com uma notável introdução teórica do coordenador do projeto, o sociólogo dinamarquês Jans Qvortrup (1991) constitui um momento marcante na revelação da maturidade da Sociologia da Infância. (SARMENTO, 2009, p.17).

Para o autor, o amadurecimento do projeto promoveu o crescimento de um elevado interesse acadêmico no tema, transparecendo na criação de revistas científicas especializadas, num maior fluxo na produção de artigos científicos e no grande desenvolvimento literário internacional de referência.

Segundo Corsaro (2011), o termo socialização significa que as crianças são preparadas através da absorção de costumes adultos para serem inseridas na sociedade, ou seja, é “o processo pelo qual as crianças se adaptam e internalizam a sociedade” (CORSARO, 2011, p. 19). Esse conceito foi bastante utilizado pelos primeiros pesquisadores da área da sociologia da infância, dentre eles Emile Durkheim.

A consideração da infância como geração sobre a qual os adultos realizam uma ação de transmissão cultural e de “socialização” constitui-se como objeto de uma das mais importantes obras do início do pensamento sociológico: o da teoria de socialização de Emile Durkheim (1972[1938]). (SARMENTO, 2009, p.18).

Durkheim defendeu o modelo vertical da imposição. Segundo o autor (1922 apud PLAISANCE, 2004, p. 5), “o que é comum aos fatos da educação, apesar de sua diversidade no tempo e no espaço, é a ação dos adultos sobre os mais jovens, a ação de uma geração sobre a outra”. Esta visão caracteriza-se pela imposição e coerção de uma geração sobre a outra na tentativa de transferir os valores sociais dos adultos para as crianças.

Segundo Müller e Carvalho, a sociologia tradicional fortaleceu a ideia das crianças como fardos sociais. Desta forma, suas teorias de socialização “concebiam a infância como um período de dependência e separada do mundo social mais amplo” (MÜLLER; CARVALHO, 2009, p. 23).

Este é um conceito de cunho determinista, o qual atribui à criança um papel passivo diante do processo de inserção infantil na sociedade. Desta forma, fica explícito que o adulto será o detentor de todo o conhecimento ficando a seu cargo a função de “mestre” que irá guiar a criança para a aquisição de um passaporte para o universo adulto. Nesta perspectiva, a existência de trocas construtivas nas relações estabelecidas entre crianças torna-se nula.

As teorias tradicionais de socialização dividem-se entre determinista e construtivista e diferem basicamente pelo papel que a criança exerce durante o processo da internalização dos valores e costumes de uma dada sociedade. Sendo atribuído às mesmas posições passivas e ativas respectivamente.

O modelo determinista, é o modelo pelo qual a criança desempenha basicamente um papel passivo. Nessa vertente a criança é simultaneamente uma “iniciante” com potencial para contribuir para a manutenção da sociedade e uma “ameaça indomada”, que deve ser controlada por meio de treinamento cuidadoso. No segundo, um modelo construtivista, a criança é vista como agente ativo e um ávido aprendiz. Sob essa perspectiva, a criança constrói ativamente seu mundo social e seu lugar nele. (CORSARO, 2011, p.19).

Dessa forma, o comportamento individual do sujeito vai ser determinado a partir das relações estabelecidas entre ele e o meio social em que está inserido. Por um bom tempo as pesquisas sobre infância foram norteadas pela concepção

determinista, em que a criança é concebida como um ser que ocupa um lugar inferior aos olhos da sociedade, sendo atribuída à esta classe o status de indivíduos incompetentes e incompletos, sendo conduzidos pelos adultos na direção do desenvolvimento e da completude, a qual seria a idade adulta.

Porém, com a ascensão nos últimos anos da nova sociologia da infância foi constatada a existência de uma bilateralidade durante o processo de socialização desses sujeitos. Para Sarmiento (2009), a criança e a infância sempre foram alvo de investigações que buscavam aprimorar as formas de lidar com o universo infantil, porém, os paradoxos que permeiam a vida social da criança na contemporaneidade impulsionou o surgimento de uma nova sociologia da infância, acompanhado de suas concepções, conceitos e formas de ver e definir a criança e sua trajetória social. Neste contexto o estudo da infância torna-se a principal porta de entrada para a compreensão da realidade social como um todo, como afirma Sarmiento:

A Sociologia da Infância desenvolve-se contemporaneamente, em boa parte, por necessidade de compreensão do que é um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca como hoje as crianças foram objetos de tantos cuidados e atenção e nunca como hoje a infância se apresentou como geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento. Ao incorporar na sua agenda teórica a interpretação das condições atuais da vida das crianças, a Sociologia da Infância insere-se decisivamente na construção da reflexividade contemporânea sobre a realidade social. (SARMENTO, 2009, p. 18-19).

Corsaro (2011) denomina o conceito de socialização que permeia as ideias deste recente ramo sociológico como reprodução interpretativa. Para Corsaro (2005), a socialização na infância acontece através da reprodução interpretativa, em que as crianças protagonizam suas culturas de pares apropriando-se de informações do mundo adulto objetivando suprir suas necessidades enquanto crianças. Sendo assim, sustenta-se a existência de uma cultura infantil criada e mantida pelos pequenos, e a instituição de Educação Infantil como um dos espaços coletivos frequentado por eles torna-se cenário privilegiado no estabelecimento de interações construtivas típicas da cultura humana.

Na interação e nas relações entre si as crianças exercem a capacidade humana de transmissão e criação de cultura, através dela, repetem e renovam o processo de constituição do ser humano como indivíduo e como membro de um grupo. (CARVALHO; BERALDO, 1989, p.5).

Para Gouvea (2009), o mundo adulto representa para a criança a fonte de experiência social e material de suas formas de expressão, porém, sendo um sujeito ativo no processo de socialização vai apresentar algumas peculiaridades, resultantes do seu lugar no mundo social. “Nas interações com os adultos, mediadas por produtos culturais a ela dirigidos, a criança recebe, significa, introjeta e reproduz valores e normas, ou habitus, tidos como expressões da verdade” (GOUVEA, 2009, p. 111). Deste modo, a criança exercerá simultaneamente os papéis de emissoras e receptoras no processo de socialização e produção da cultura no cenário social em que esteja inserida. Convergindo com o pensamento de Gouvea e Borsa (2007, p. 01) afirma que “a socialização é um processo interativo, necessário para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz suas necessidades e assimila a cultura ao mesmo tempo que, reciprocamente a sociedade se perpetua e desenvolve”.

Ao logo da história, o conceito de interação passou por muitas mudanças no que tange a construção de seu significado. Atualmente, podemos dizer que a interação pode ser concebida como “ação entre”, ou seja, atividade compartilhada entre pessoas onde instantaneamente os sujeitos envolvidos na ação se relacionam buscando coordenar sua ação com a de seus companheiros. Este é um conceito frequentemente utilizado na contemporaneidade e o que será adotado na linha de pensamento do presente trabalho.

O termo interação passou a ser concebido como englobando mais do que fazer algo juntos, passando a contemplar a regulação recíproca implícita e não necessariamente intencional. Trata assim, da interação enquanto potencial de regulação entre os componentes de um sistema. (CARVALHO, IMPÉRIO-HAMBURGUER; PEDROSA 1997 apud ANJOS et. al. 2004, p.2)

Desta forma, o comportamento do sujeito será compreendido a partir da relação entre sua ação e a dos seus companheiros. “nas interações a criança vai gradativamente aprender a supor o que os outros pensam, buscando coordenar ativamente seu comportamento com o de seus parceiros” (OLIVEIRA et.al., 1992, p.52). Esta ideia está presente no legado teórico de Jean Piaget e Lev S. Vigotsky, pioneiros em pesquisas sobre psicologia do desenvolvimento humano e destacaram o papel ativo das crianças em seus processo de desenvolvimento, embora cada um possua peculiaridades em suas construções teóricas.

Para compreender como se desenvolvia a inteligência, Piaget estudou a origem e o percurso das capacidades intelectuais humanas a partir de investigações da análise comportamental sobre as crianças pequenas. Dessa forma, colheu dados empíricos e construiu a teoria da Epistemologia Genética. O autor defende que o objetivo de sua teoria é “buscar delinear as raízes das diversas variedades de conhecimento desde suas formas mais elementares e seguir seu desenvolvimento até seus níveis superiores incluindo o pensamento científico” (PIAGET, 1970, apud VASCONCELOS, 2009, p. 65). O alcance deste objetivo tornou-se palpável com a descoberta da existência de uma progressão da capacidade mental do indivíduo a partir dos seis estágios de desenvolvimento. Para Piaget (2012), os estágios, a princípio, se desenvolveriam a partir do nascimento seguindo um percurso progressivo e contínuo em busca da equilibração das capacidades intelectuais desde o nascimento à fase adulta. O sujeito adulto representaria o grau máximo de equilibração das habilidades mentais.

Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do nascimento e pela maturidade dos órgãos - , também a vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. (PIAGET, 2012, p. 3).

Assim como a Sociologia da Infância tem buscado dentre alguns de seus objetivos explicar as origens sócio-culturais dos costumes que permeiam a humanidade a partir da análise empírica das culturas infantis, Piaget buscou explicar as origens e o processo da aquisição do conhecimento pelo homem. Desta forma, a compreensão dos mecanismos mentais da criança torna-se indispensável para a compreensão de sua natureza e funcionamento no indivíduo adulto.

O pensamento de Piaget delinea o desenvolvimento infantil na perspectiva de um ser que irá alcançar todas as habilidades e competências necessárias à sua plenitude apenas ao ingressar na idade adulta. Porém, no contexto das instituições de Educação Infantil sua teoria foi e tem sido de fundamental importância para conhecer algumas peculiaridades da criança e assim poder propor uma prática educativa condizente com as demandas cognitivas da criança em cada idade específica. Embora a ausência de articulação com o contexto social mais amplo e a falta de compreensão a partir “das vozes” da infância, falo vozes no sentido literal da palavra; leve alguns autores da contemporaneidade a tecerem críticas aos

tradicionais teóricos do desenvolvimento infantil “a pedagogia vai ao encontro da infância com seus imaginários e suas verdades. Verdades prévias que condicionam sua experiência, seu pensar e fazer pedagógico” (ARROYO, 2009, p.119). Para o autor, as verdades prévias estabelecidas pela pedagogia priorizaram mais seu pensamento do que as vivências da infância. Dessa forma, o grande desafio das instituições de ensino é promover o equilíbrio de ambos os pensamentos.

As investigações de Piaget foram pautadas numa perspectiva biológica; sua teoria defendia existência de capacidades inatas determinantes para o desenvolvimento infantil. Por conta disso, o autor não se debruçou na investigação sobre a relação entre fatores sociais e o desenvolvimento humano. Embora tenha se detido nos fatores maturacionais do desenvolvimento o epistemólogo destacou que “a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função das interações sociais” (PIAGET, 1967 apud TAILLE 1992, p.11). Este pensamento concebe as interações como importante para o desenvolvimento individual do sujeito, especificamente o da cognição.

Assim como Piaget, Levi Vigotsky também evidenciou o papel ativo da criança no processo de desenvolvimento psíquico do ser humano. Porém, fundamentado em sua teoria sócio-histórica acreditava que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores era fruto das ações coletivas, que, por sua vez, estariam localizadas na sociedade. O desenvolvimento mental, inicialmente, seria viabilizado através do uso das linguagens, constituindo o alicerce para um posterior uso de instrumentos, elementos presente nos contextos sociais e construídos culturalmente.

A criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas formas caracteristicamente humanas de comportamento produz, mais tarde o intelecto e constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humanas do uso de instrumentos. (VIGOTSKY, 2007, p. 12).

Sendo assim, em suas análises, Vigotsky não identifica fases abstratas de desenvolvimento mental, mas procurou ressaltar os contextos culturais e as atividades práticas (uso da linguagem e de instrumentos) que favoreciam a absorção e reprodução cultural. A relação entre os fatores sociais e o desenvolvimento humano foi o cerne das pesquisas de Vigotsky. A cultura é pensada por Vigotsky como uma “espécie de “palco de negociações” em que seus membros estão em

constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados (VIGOTSKY, 1984 apud OLIVEIRA, 1992, p.80).

Como podemos constatar, o conceito de reprodução interpretativa se aproxima bastante do pensamento vigotskiano, dois dos principais elementos que a compõem são: a importância da linguagem e das rotinas culturais no processo de participação infantil na evolução de suas culturas.

Para Corsaro (2011), as rotinas culturais são acontecimentos de caráter habitual e previsível que proporciona segurança aos atores sociais e amplia as possibilidades de produção, exibição interpretação sócio-cultural, desta forma, essas rotinas tornam-se “âncoras que permitem que os atores sociais lidem com a problemática, o inesperado e as ambiguidades, mantendo-se confortavelmente no confinamento amigável da vida cotidiana. (CORSARO, 2011, p.32).

Os episódios de convívio dentro das rotinas culturais serão permeados pelo uso das diferentes linguagens, dentre elas, a linguagem oral. A língua é fundamental à participação em sua cultura como um “sistema simbólico que codifica a estrutura local, social e cultural, [...] ferramenta para estabelecer (isto é, manter, criar) realidades sociais e psicológicas” (OCHS, 1988 apud CORSARO, 2011, p.32). Vigotsky atribui a atividade simbólica (dentre elas o uso da fala) uma função organizadora das diversas formas de comportamento humano.

A fala além de facilitar a efetiva manipulação de objetos pela criança, controla também o comportamento da própria criança. Assim, com a ajuda da fala as crianças adquirem a capacidade de ser tanto sujeito quanto objeto de seu próprio comportamento. (VIGOTSKY, 2007, p.15)

Segundo o autor, é nesse ponto que a inteligência prática (capacidade de resolver problemas sem a ajuda da fala) desenvolvida pelas crianças torna-se também abstrata, e diferencia-se quantitativa e qualitativamente da inteligência prática constatada em pesquisas realizadas com animais superiores, especificamente os chimpanzés, pois “o jogo humano difere de modo significativo do jogo animal, por requerer a capacidade de se comunicar por meio de diferentes linguagens para tomar certas divisões e criar o novo” (ROSSETTI-FERREIRA, OLIVEIRA, 2009, p. 61).

Howard Gardner (1995) em suas pesquisas sobre as Inteligências múltiplas traz duas modalidades de inteligência (interpessoal e intrapessoal) que estão estreitamente relacionadas a interação. “A inteligência interpessoal está baseada

numa capacidade nuclear de perceber distinções entre os outros; em especial, contrastes em seus estados de ânimo, temperamentos, motivações e intenções” (GARDNER, 1995, p.27.). A interação social para os seres humanos é uma habilidade que exige cooperação de um grande número de pessoas, sendo assim, a primeira etapa da Educação Básica torna-se um ambiente ideal para o encorajamento do aprendizado desta habilidade. O oposto da inteligência interpessoal, a inteligência intrapessoal está relacionada com os aspectos de estado interno de um indivíduo, ou seja, a capacidade de perceber e diferenciar suas emoções com o objetivo de moldar o próprio comportamento.

Tanto a faculdade interpessoal quanto a intrapessoal apresentam tentativas de resolver problemas significativos para o indivíduo e a espécie. A inteligência interpessoal nos permite compreender os outros e trabalhar com eles; a inteligência intrapessoal nos permite compreender a nós mesmos e a trabalhar conosco. (GARDNER, 1995, p.29).

Na análise acima a apresentação dos conceitos transpareceu um idéia individualizada e desarticulada na concepção das duas modalidades de inteligência, porém, não podemos deixar de lembrar que as duas funcionam de forma recíproca e articulada, em que amadurecimento do eu e o entendimento dos nós fazem parte de um ciclo interdependente.

Desta forma, a interação entre crianças no contexto das instituições de Educação Infantil torna-se importante, pois por intermédio destas surgirão situações que irão encorajar o exercício do uso da fala, favorecendo o desenvolvimento intelectual das crianças, assim como do equilíbrio de suas emoções e de seu desenvolvimento social como um todo. Algumas vezes a falta de habilidade das crianças para lidar com situações que exijam delas menos impulsividade e um maior planejamento de suas ações, pode fazer com que durante o convívio entre elas surjam situações em que predomine alguns comportamentos agressivos, já que em idade pré-escolar as crianças também não têm sua linguagem oral completamente desenvolvida. Para o psicanalista inglês Winnicott (apud LUZ, 2010, p. 2), “a agressividade é vista como nossa energia para ir ao encontro do mundo e do outro, como uma tendência inata ao movimento, à ação”.

Sendo assim, na interação entre pares na instituição educacional as crianças serão desafiadas cotidianamente a encontrar meios de expressar sua agressividade. Por conta disso, é importante que esta forma de expressão não seja interpretada

como ações violentas e indisciplinadas, pois na educação infantil o entendimento pelas crianças do que se julga certo ou errado se encontra em processo de construção. Para Borsa (2007), a construção e interiorização destes valores é que irá favorecer o desenvolvimento de mecanismos de controle reguladores da conduta da criança.

A teoria sócio-histórica e o conceito de reprodução interpretativa possuem alguns pontos que se entrelaçam. Porém, a perspectiva de Vigotsky é intensamente voltada para o desenvolvimento individual e futurista da criança, numa linearidade que vai desde a criança imatura ao adulto competente. Enquanto que para a sociologia da infância as crianças possuem um universo coletivo peculiar. Imersas neste universo, elas se apropriam criativamente das informações adultas para lidar com as preocupações que às cerca. Desta forma, não apenas internalizam a cultura, mas atribuem sentido ao universo adulto e dessa forma constroem coletivamente suas próprias culturas.

Mesmo desprezando as questões biológicas relacionadas ao desenvolvimento infantil, a nova sociologia da infância absorveu a ideia piagetiana de perceber a criança levando em consideração seu nível de desenvolvimento cognitivo. Escrevendo sobre suas pesquisas etnográficas com crianças pequenas Corsaro, convergindo com as teorias de Piaget, afirma:

Qualquer teoria sociológica das crianças e da infância que tente explicar a compreensão e o uso que elas fazem das informações provenientes do mundo adulto, bem como sua participação e a organização de seus mundos com os pares, deve considerar o nível de desenvolvimento cognitivo da criança. (CORSARO, 2011, p. 23).

Este fato fortalece a ideia de que as crianças pensam e percebem o mundo a sua volta de forma diferente da perspectiva adulta.

Analisar e compreender as crianças em suas peculiaridades não é tarefa fácil. As concepções citadas acima, cada uma em seu momento buscaram compreender e aperfeiçoar as formas de cuidar e educar as crianças pequenas. Não se trata de legitimar uma em detrimento de outras, pois elas dialogam entre si e se complementam de alguma forma.

4 CAMINHOS E DESCOBERTAS DA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica com método de investigação qualitativo. “O termo bibliografia tem sua origem etimológica no grego bíblion (livro) e graphía (descrição, escrita)” (METRING, 2010, p.63). Deste modo, supõe-se que um trabalho fundamentado numa pesquisa bibliográfica deriva de textos impressos, tais como, livros, revistas, artigos científicos, dentre outros.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.71):

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico etc.

Para os autores, os meios de comunicação orais, como o rádio, gravações em fita, filmes e televisão também podem funcionar como alvo e coleta de fomento à pesquisa. O que não foi o caso desta monografia.

Para Metring (2010), este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer as diversas formas de produção científica já existente sobre determinado assunto buscando dados significativos sobre o tema em questão. Isso implica a leitura de produções científicas que aborde a temática pesquisada nas mais diferentes perspectivas, para que dessa forma possa haver um diálogo de convergências e divergências entre as obras pesquisadas, no sentido de compreender a problemática em questão. Desta forma, a pesquisa bibliográfica vai consistir em apresentar e ressignificar a perspectiva dos autores sobre o tema, destacando as diferenças e semelhanças existentes entre os conceitos, estabelecendo um diálogo construtivo para a compreensão do objeto pesquisado.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como metodologia desta monografia devido à falta de tempo necessário para a realização de um trabalho de campo que envolvesse a coleta de dados empíricos em uma instituição de Educação Infantil de Salvador, já que as escolas que consultei estavam ministrando suas aulas em sistema de rodízio devido à realização de reformas em pleno período letivo. Somando-se aos fatos citados acima, o período planejado para as idas a campo coincidiu com o período do recesso de São João na capital baiana, segunda quinzena do mês de julho de 2013, inviabilizando completamente o trabalho.

Mesmo com todos os empecilhos para a concretização de uma coleta de dados empíricos em uma instituição de Educação Infantil de Salvador, o trabalho bibliográfico foi realizado com foco no nível da Educação Infantil, em especial nos sujeitos em idade pré-escolar.

A escolha deste campo foi determinada por alguns fatores que me levaram a seguir por este viés da educação. A princípio, por conta do meu intenso contato com escolas de Educação Infantil. Este contato veio se configurando desde o meu ingresso na universidade no ano de 2009, possibilitando a construção de uma afeição profissional compromissada com a área.

Desta forma, a vivência empírica ocorrida em alguns estágios no decorrer do curso uniu-se aos conhecimentos teóricos vivenciados no seio da universidade em parceria com professores de profunda atuação na causa; o que veio favorecer a escolha do objeto, do campo e dos sujeitos da pesquisa.

Mergulhada nestas vivências, tive o desejo mobilizado na busca de produções que esclarecessem a importância e o significado da educação de crianças pequenas, de modo que a minha conscientização foi aflorando. Desta forma, a construção paulatina e continua desta conscientização é que tornou-se o principal critério de escolha do foco de abrangência do presente trabalho.

Deste modo, para a investigação do objeto de estudo desta monografia foi realizada uma seleção de autores que desenvolveram ou desenvolvem estudos, de forma direta ou indireta, sobre a temática deste trabalho “a importância das interações entre crianças para o processo de socialização das mesmas”. Desta forma, a partir da delimitação do objeto pesquisado e de suas categorias de análises é que a organização e a sistematização da pesquisa bibliográfica foi efetivada.

A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico apoiado em autores e documentos legais que defendem os direitos da criança e de suas infâncias, frizando a importância das interações entre crianças para o processo de socialização das mesmas. Os autores foram escolhidos pela minha afinidade para com eles e por estarem em consonância com o meu objeto de investigação.

Nesta sondagem acessei obras de alguns autores com as quais tive contato ao longo do curso. Além de fazer um levantamento na biblioteca a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e em alguns espaços virtuais de armazenamento de produção científica, a exemplo do site Scielo, no qual encontra-

se revistas científicas da área de educação reconhecidas nacionalmente e internacionalmente.

Alguns documentos legais foram escolhidos no sentido de explicitar legalmente as demandas e necessidades das crianças pequenas no contexto educacional brasileiro e favorecer o fortalecimento de argumentos de conscientização da importância do convívio entre crianças em idade pré-escolar nos espaços de ensino regular. Assim como, esclarecer as transformações pelas quais a Educação Infantil vem passando na atualidade. Dentre os principais documentos legais consultados tem-se:

- a) *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010)*. Este documento esclarece o significado da educação de crianças em espaços coletivos concebendo as mesmas como sujeitos sociais que ressignifica o mundo a sua volta através das interações cotidianas. Desta forma, indica caminhos sobre como conduzir o trabalho junto às crianças na Educação Infantil, no sentido de potencializar o desenvolvimento integral das mesmas. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996*. A LDBEN regulariza o sistema educacional brasileiro e atualmente tem passado por mudanças que sugerem um pouco de reflexão, a exemplo da promulgação da Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que estabelece o Ensino Fundamental de nove anos, levando crianças em idade pré-escolar a serem inseridas nas demandas do Ensino Fundamental.
- b) *A Lei 12.796 de 4 de abril de 2013*, que altera alguns artigos da LDBEN trazendo avanços significativos para o fortalecimento da Educação Infantil, a exemplo o da obrigatoriedade da Educação Básica a partir dos 4 anos de idade; dentre outras conquistas que não foram mencionadas, mas são tão importantes quanto esta.
- c) *Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009)*. Este documento funciona como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil no Brasil; através de um processo participativo e aberto a toda comunidade. O Objetivo da autoavaliação é mensurar a qualidade da educação para em seguida traçar estratégias de melhorias condizente com a singularidade de cada escola. Ter acesso aos indicadores foi importante porque o documento não indica modelos prontos a serem seguidos, mas sugere algumas dimensões pautadas em aspectos fundamentais para a

qualidade da Educação Infantil, dentre esses parâmetros estão as interações. Desta forma o documento veio contribuir para o fortalecimento de argumentos sobre o valor das interações entre crianças no ambiente escolar para o desenvolvimento infantil.

Foi citado também alguns autores de projeção nacional e internacional e suas respectivas obras. Tais obras foram selecionadas em função da relação que estabelecem, direta ou indiretamente, com o tema desta monografia, uma vez que seus conteúdos explicitam de alguma forma a importância das interações entre crianças na Educação Infantil para o processo de socialização das mesmas. Dentre os principais autores consultados no percurso da construção deste trabalho pude citar:

- a) William A. Corsaro: o autor é um sociólogo americano que se dedica a pesquisas etnográficas com crianças pequenas realizando uma análise sociológica das crianças e suas infâncias. Desta forma, o autor se inclina para os estudos das culturas de pares, as relações entre adultos e crianças e entre crianças. A obra deste autor que serviu como fonte para o fortalecimento do debate sobre o modo peculiar com que as crianças se socializam foi o livro *Sociologia da Infância* (2011). Nele foi possível discutir dentre outros aspectos, o conceito de socialização na perspectiva contemporânea da reprodução interpretativa.
- b) Fernanda Müller e Ana Maria Almeida Carvalho organizaram a coletânea de textos intitulada como *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro* (2009). Este livro serviu como elemento norteador do presente trabalho, pois reúne textos de diversos pesquisadores brasileiros na área da psicologia e da educação que produziram suas escritas em consonância com as ideias de Corsaro, apontando as convergências e divergências entre a sociologia da infância, a psicologia a educação e de que forma a articulação dessas três áreas podem contribuir para atender coerentemente as demandas e necessidades da infância. Para isso, aborda conceitos como cultura de pares, reprodução interpretativa, brincadeiras, dentre outros.
- c) Manuel Sarmiento e Maria Cristina Soares de Gouveia, pesquisadores portugueses, realizam investigações na área da sociologia da infância. Tais

autores organizaram a coletânea de textos intitulada como *Estudos da infância: educação e práticas sociais* (2009). Tal obra reúne textos de autores internacionais e brasileiros que se interessam pela análise sociológica da infância, ou seja, concebem a infância como categoria social e as crianças como atores sociais da sociedade.

- d) As autoras Retha DeVries e Betty Zan também foram consultadas e contribuíram dando consistência às investigações que permeavam a construção deste trabalho. Em especial, por conta de suas inclinações em pesquisa com crianças na Educação Infantil, o livro utilizado foi *A ética na Educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola* (1998). A obra retrata como as crianças constroem sua moralidade e de que forma o ambiente escolar pode contribuir para potencializar o desenvolvimento moral e ético das crianças pequenas. Desta forma, serviu como referencial para compreender como as crianças nas interações cotidianas com seus pares desenvolvem sua moral e sua ética.
- e) Utilizei também outro texto de Retha DeVries, mas desta vez em parceria com Constance Kamii. Kamii é colaboradora de Jean Piaget e faz pesquisas na área da epistemologia genética, dentre outras áreas educacionais. O livro de autoria da dupla utilizado neste trabalho foi *Jogos em Grupo na Educação Infantil* (2009). Este traz informações práticas que esclarecem qual a importância dos jogos em grupo para o desenvolvimento das crianças pequenas. Desta forma, evidencia conquistas cognitivas e sociais adquiridas quando as crianças são inseridas no mundo dos jogos coletivos, esclarecendo de que forma os jogos em grupo podem contribuir para o desenvolvimento mental e social das crianças pequenas.
- f) Levi S. Vigotsky, Psicólogo. Pesquisou sobre a psicologia infantil e suas implicações pedagógicas. Além de realizar pesquisas referentes à linguagem, pensamento, imaginação entre outros. Defendendo a pedagogia sócio-histórica, segundo a qual concebe o indivíduo como sujeito interativo que conhece e ressignifica os conhecimentos como um todo a partir das interações sociais. Segundo o autor, o conhecimento tem sua gênese nas relações sociais. O livro utilizado deste autor foi *A formação social da mente* (2007). Nesta obra o autor esclarece o conceito das funções psicológicas superiores e afirma ser elas fruto das relações

sociais. Além de abordar o desenvolvimento da linguagem e uso dos signos fazendo relação entre formas de desenvolvimento da inteligência nos seres humanos e em animais inferiores. Sendo assim, contribuiu significativamente para a compreensão de que forma as interações sociais contribuem para o desenvolvimento infantil.

- g) As ideias de Jean Piaget também estão presentes neste trabalho. Piaget foi um pesquisador que se dedicou a investigar a epistemologia genética. *Grande percussor dos estudos do desenvolvimento infantil* realizou estudos sobre a inteligência e sobre a formação das estruturas mentais nos seres humanos. A obra deste autor que me ajudou a compreender o significado de sua teoria foi o livro *Seis estudos de psicologia* (2012). Neste livro Piaget fala sobre o desenvolvimento das estruturas mentais do recém-nascido à adolescência e sobre questões do pensamento e da linguagem do ponto de vista genético. Deste modo, ajudou a esclarecer o modo peculiar com o qual a criança pensa e interage em cada idade específica e de que forma a escola pode ajudá-la em seus processos de desenvolvimento.
- h) Howard Gardner também teve algumas de suas ideias inseridas no percurso do presente trabalho. A obra consultada foi o livro *Inteligências múltiplas: a teoria na prática* (1995). Nesta obra, Gardner questiona o tradicional conceito inatista de inteligência obtido através dos testes de QI e propõe a teoria das inteligências múltiplas, diferentes habilidades que podem ser adquiridas ao longo da vida, dentre as que tem ligação direta com a temática desta monografia as inteligências intrapessoal e a interpessoal. Desta forma, serviu para expandir o conceito de inteligência e perceber a importância das relações interpessoais para o desenvolvimento do equilíbrio emocional das crianças.
- i) Bruno Bettelheim, pesquisador italiano, realiza pesquisas na área da educação, psicologia e psiquiatria. A obra deste autor que fortaleceu o diálogo da temática desta monografia foi o livro *Uma vida para seu filho: pais bons o bastante* (1988). Nesta obra, Bettelheim discorre sobre peculiaridades do comportamento infantil para encorajar os pais a compreenderem e a lidarem com seus filhos construtivamente, de modo que levem em conta as necessidades das crianças e não o ideal de filhos que querem ter. Para isso aborda temáticas como relações entre crianças e

adultos, brincadeiras, fantasia e realidade numa análise psicanalítica do comportamento infantil. O conteúdo desta obra no presente trabalho auxiliou a compreensão da essência das brincadeiras, assim como de sua importância para o desenvolvimento saudável da criança.

- j) O autor Yves de La Taille, educador e psicólogo Francês, naturalizado brasileiro faz pesquisas na área do desenvolvimento moral. O livro de sua co-autoria que serviu de consulta para este trabalho monográfico foi *Piaget, Vigotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* (1992). É um livro escrito por La Taille, especialista no pensamento de Piaget em parceria com outros dois professores da Universidade São Paulo; Marta Kohl de Oliveira e Heloysa Dantas especialistas no pensamento de Vigotsky e Wallon respectivamente. O livro traz um diálogo entre os três principais teóricos da psicologia que buscam compreender o percurso do pensamento e funcionamento psicológico dos indivíduos. Para isso, suscitam questões relativas ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da psicologia humana. Nesta monografia foi pertinente trazer a perspectiva de La Taille, pois ele estabelece um diálogo sobre interação social e desenvolvimento do juízo moral na perspectiva de Piaget fazendo link com a ideia de desenvolvimento moral de autores como Emile Durkheim. La Taille enriqueceu a produção deste trabalho, pois através de seus escritos pude compreender o significado da interação social para o desenvolvimento do juízo moral na perspectiva de Jean Piaget, além do conceito vertical de socialização defendido por Durkheim. A Co-autora desta obra, a psicóloga Marta Kohl de Oliveira, também colaborou de forma significativa com suas reflexões sobre a psicologia de Vigotsky, em especial com seu conceito dinâmico do processo de internalização da cultura pelo indivíduo.
- k) Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, pedagoga brasileira, faz pesquisas na área da psicologia da educação. A obra de sua autoria que foi consultada na produção desta monografia foi o livro *Educação Infantil: fundamentos e métodos* (2011). O livro discorre sobre aspectos que ao longo da história tem determinado a função da Educação Infantil e o significado da educação de crianças pequenas. Evidenciando que a finalidade da educação infantil tem significados singulares para as

diferentes classes sociais. Defende uma proposta pedagógica com base no desenvolvimento sócio-cultural que concebe as interações entre pares como fundamentais para o desenvolvimento infantil. As idéias da autora me ajudou a compreender o conceito de zona de desenvolvimento proximal no contexto das brincadeiras infantis.

- l) Outro texto de Zilma Moraes Ramos de Oliveira, só que desta vez em parceria com as autoras Ana Maria Mello, Telma Vitória e Maria Clotilde R. Ferreira foi o livro *Creches: crianças, faz de conta e Cia* (1992). Nesta obra as autoras discorrem sobre o desafio de pensar a proposta pedagógica da creche para além das concepções assistencialistas. Para isso apóia-se nas teorias de Vigotsky o qual concebe a criança como ser ativo e construtor do seu conhecimento de mundo e sobre si mesma. Esta obra foi importante para a produção desta monografia, pois esclareceu o significado e a importância das interações sociais e a função da brincadeira para o desenvolvimento infantil.

Estes foram os principais autores e documentos consultados ao longo deste trabalho. Todos os materiais citados ao longo da monografia tiveram essencial importância para a constituição da fundamentação teórica; atendendo às principais categorias de análise deste trabalho monográfico.

A seleção das obras e documentos foi baseada no desenvolvimento dos argumentos, discussões e abordagens relativas às interações entre crianças e sua importância para o desenvolvimento social das mesmas. Este foco será percebido com mais intensidade nos capítulos I e II que compõe a fundamentação teórica desta monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mostrar a importância de se reconhecer e valorizar as interações entre crianças como veículo facilitador do desenvolvimento social dos pequenos.

De fato, o mundo social da criança é constituído pelas interações cotidianas estabelecidas com adultos e com outras crianças. Este contato é viabilizado, inicialmente, pelo núcleo familiar logo após o nascimento, ampliando-se gradativamente de acordo com os costumes culturais de cada grupo social.

Ao ingressar numa instituição de Educação Infantil a criança terá a possibilidade de experimentar experiências compartilhadas com adultos e crianças para além dos limites dos vínculos familiares, sentimentos e frustrações que favorecerá o processo de construção de sua identidade, desenvolvimento da autonomia e conseqüentemente o amadurecimento de suas relações sociais.

Entre os autores citados para a construção deste trabalho monográfico, retomo algumas afirmações ressignificadas em minhas palavras que fortalecem os argumentos sobre a importância das interações entre crianças e nos ajudam a compreender como estas interações influenciam no processo de socialização das mesmas.

Os momentos de interação entre crianças são permeados por muita alegria e diversão, mas também por muitos conflitos. Conflitos por disputas de objeto, disputas de espaços nas brincadeiras, alguns embates corporais... Deste modo, serão criadas oportunidades férteis para o exercício do trabalho cooperativo, da reciprocidade, da capacidade de descentramento e inevitavelmente os primeiros contatos com as regras de convivência, elementos tão importantes para o desenvolvimento social da criança.

Tidos como sujeitos sociais que participam ativamente do seu processo de inserção cultural, as crianças, estão a todo o momento apropriando-se e reinterpretando o mundo a sua volta. Deste modo, no convívio livre entre elas ou através de jogos e ou brincadeiras vão demonstrando suas formas de ver sentir e pensar, contribuindo de forma significativa para o seu processo de socialização, favorecendo a recriação e perpetuação dos valores, regras e costumes que permeiam uma dada sociedade.

As interações são fundamentais também para a criança exercer suas capacidades de expressão e inserção no mundo simbólico, além de expor sua visão de mundo naturalmente. Por meio desta, amortece suas angústias, potencializa seus desejos e aprende a lidar com sua subjetividade da melhor forma.

E importante destacar também que os documentos legais que orientam as práticas pedagógicas da Educação Infantil em nosso país, a exemplo dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) destacam a importância das interações como norteadoras das práticas pedagógicas e concebem a criança como sujeito histórico, que, através das interações e brincadeiras, constrói sua identidade pessoal e coletiva, reservando a este, o centro do planejamento pedagógico. Isso implica priorizar as interações entre crianças e a partir delas traçar estratégias que possibilitem o desenvolvimento integral do sujeito.

Embora a temática das interações seja uma questão que vem sendo largamente discutida, no sentido de se compreender a essência do desenvolvimento infantil; é lamentável o fato de que nem todas as instituições e priorizam episódios interativos entre crianças no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Com isso, correm o risco de formar sujeitos inseguros, individualistas, contidos, intolerantes e com uma tendência a não conseguirem lidar construtivamente com os problemas cotidianos, tanto no âmbito escolar como em suas trajetórias fora deste espaço.

Nos capítulos 1 e 2 são os que correspondem a fundamentação teórica. No primeiro capítulo fica evidente a emergente preocupação tanto dos documentos legais brasileiros como de pesquisas científicas (nacionais e/ou internacionais) a intenção de se legitimar as interações como veículo para o desenvolvimento da moral e da ética, bem como o da construção da identidade, da capacidade de interagir e conviver ativa e construtivamente no seio da sociedade.

O segundo capítulo traz diferenças e semelhanças entre a psicologia do desenvolvimento e a sociologia da infância, no sentido de não sobrepor uma teoria à outra, mas de evidenciar seus significados para o desenvolvimento das crianças.

Deste modo, conclui-se a clara necessidade de priorização das interações entre crianças no contexto das instituições de educação infantil. Pois através destas, a criança vivenciará situações em que possa interagir, brincar, compreender o ponto de vista do outro, conviver reciprocamente dentro do coletivo, expressar e

ressignificar as diferentes linguagens ... Experiências estas que se tornarão muito importantes para o seu processo de socialização, assim como da sua contribuição para a transformação e perpetuação cultural.

Deste modo, eu espero que esta pesquisa possa contribuir para que os profissionais envolvidos na Educação Infantil possam aprimorar sua prática conscientizando-se sobre a importância das interações entre crianças no seio das instituições de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Amorim. et al. Interações de bebês em creche. **Estudos de psicologia**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 513-522, 2004.

ARROYO, Miguel G. A infância interroga a pedagogia. In.: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 119-140.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Como a sociologia da infância de William A. Corsaro pode contribuir com as pedagogias das escolas de educação infantil? In.: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças** : diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009, p.177-188.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho: pais bons o bastante**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BORSA, Callegaro Juliane. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. 2007. Disponível em:< www.psicologia.com.pt >Acesso em: 20 jun. 2013.

BRASIL.Ministério da Educação.**Indicadores da qualidade na educação infantil** de 2009. Disponível em:< portal.mec.gov.br/.../indic_qualit_educ_infantil.pdf > Acesso em 15 jun. 2013.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em : 12 jun 2013.

BRASIL. **Lei 11.274** , de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394/96 Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_.../Lei/L11274.htm >. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. **Lei 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Disponível em: < presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/.../lei-12796-... >. Acesso em: 5 jul. 2013

BRASIL.**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: < portal.mec.gov.br/index.php?option=com...>. Acesso em: 18 jul. 2013.

CARVALHO, Ana Maria A.; BERALDO, Katharina E. Arnold. Interação criança-criança: resurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 71, p. 55-61, nov. 1989.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artimed, 2011.

CORSARO, William A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In.: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p.31-50.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Paulo. **Frases de Paulo Freire**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frases_de_paulo_freire/>. Acesso em: 30 ago. 2013

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 97-117.

KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. Porto Alegre: Artimed, 2009.

LUZ, Iza Rodrigues da. **Relações entre crianças e adultos na Educação Infantil**. Belo Horizonte, 2010. Trabalho apresentando no I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

METRING, Roberto Araújo. **Pesquisas científicas: planejamento para iniciantes**. Curitiba: Juruá, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais**. Belo Horizonte, 2010. Trabalho apresentando no I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais.

_____. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____ et. al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 3º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 221-241, abr. 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Um diálogo com a sociologia da infância a partir da Psicologia do Desenvolvimento. In.: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Org.). **Teoria e prática na**

pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 59-70.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: _____; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância:** educação e práticas sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 17-33.

SMOLKA, Ana Luiza. **Ana Luiza Smolka comenta Lev S. Vigotski:** imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, 2009.

SOUZA, Solange Jobim e; SALGADO, Raquel Gonçalves. A criança na idade mídia: releções sobre cultura lúdica, capitalismo e educação. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância:** educação e práticas sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 207-221.

SPERB, Tânia Mara. Diálogo interdisciplinar: tensões e convergências. In.: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças:** diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 71-79.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vigotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. 23. ed. São Paulo: Summus, 1992.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. Infancia e psicologia: marcos teóricos da compreensão do desenvolvimento da criança pequena. In.: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da infância:** educação e práticas sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 62-81.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.